

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT06.017

ESTUDO DA RELIGIOSIDADE INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: FERRAMENTA FUNDAMENTAL PARA ROMPER PARADIGMAS HEGEMÔNICOS

RÊMIA VASCONCELLOS CAVALCANTI

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, remia@ifal.edu.br.

BEATRIZ MEDEIROS DE MELO

Doutora em Sociologia e Docente do Instituto Federal de Alagoas, beatriz.melo@ifal.edu.br.

RESUMO

Este artigo é fruto dos resultados da Dissertação de Mestrado intitulada "Do Xamanismo Ancestral ao Contemporâneo: o debate sobre a religiosidade/espiritualidade indígena no currículo escolar do ensino médio integrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Benedito Bentes/AL, que teve como proposta investigar a presença da cultura indígena, em especial a religiosidade e as expressões contemporâneas do xamanismo, nas salas de aula do Ensino Médio Integrado do Campus Maceió/IFAL para, a partir daí, elaborar um produto educacional que contribua para o tratamento da questão. Nesse sentido, a metodologia empregada é a pesquisa participante (Michel Thiollent; Carlos Brandão), passando pela etapa diagnóstica, planejamento da ação, aplicação, avaliação dos resultados e revisão do produto educacional. Neste artigo, apresentaremos os resultados da etapa diagnóstica, que foi realizada a partir da aplicação de questionários com uso de escala Likert de 5 pontos e entrevistas semi-estruturadas, tendo-se utilizado como método de análise dos dados a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin. A partir das orientações desta técnica, os dados foram sistematizados em três categorias, quais sejam: (I) Conhecimento sobre os impactos do processo colonizador sobre as populações indígenas e suas religiosidades; (II) Presença do debate sobre religiosidade indígena na escola; (III) Reconhecimento das intersecções entre educação integral e educação intercultural. Dentre os principais resultados coletados a partir da análise podemos destacar a presença de narrativas

etnocêntricas ainda nos dias atuais, ausência de formação acadêmica, currículos, conteúdos e materiais didáticos que contribuam para o (re)conhecimento da temática em questão, desconhecimento do que vem a ser as religiosidades indígenas e xamanismo contemporâneo, entre outros. Os resultados coletados nessa fase da pesquisa foram essenciais para guiar o processo de construção do Produto Educacional, em fase final de diagramação, intitulado “Religiosidade Indígena: ancestralidade e resistência”.

Palavras-chave: religiosidade indígena; pesquisa-ação; diagnóstico; análise de dados.

INTRODUÇÃO

É certo que, durante muitos anos, o protagonismo indígena na construção da sociedade brasileira foi rejeitado pelos povos colonizadores, sendo inclusive subjugado em detrimento da cultura europeia. Sob esta perspectiva, ainda hoje a educação brasileira invisibiliza a história dos povos nativos e o ensino se torna narrado por uma perspectiva etnocêntrica.

Neste cenário, a escolha do tema se deve às experiências educacionais que me fizeram refletir sobre o cunho verídico da literatura que trata acerca da formação do Brasil, especialmente no tocante à participação dos povos nativos e suas religiosidades, narrativas preconceituosas e etnocêntricas que colocaram os indígenas enquanto preguiçosos, adoradores de vários deuses. Segundo Vainfas (1995) os colonizadores e missionários europeus tinham no seu imaginário cristão, que os ritos religiosos indígenas de adoração estavam associados às questões demoníacas, o que, para os ditos “cristãos” eram inaceitáveis. Para além disso, a supremacia do colonizador sempre é evidenciada nos livros didáticos.

Assim, este artigo se dedica a analisar os resultados da Dissertação de Mestrado intitulada “Do Xamanismo Ancestral ao Contemporâneo: o debate sobre a religiosidade/espiritualidade (xamanismo) indígena no currículo escolar do ensino médio integrado”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Benedito Bentes/AL, em rede nacional, que se encontra em fase de defesa. A dissertação versa sobre o tratamento do debate sobre história e cultura indígenas, em especial, suas religiosidades e as expressões contemporâneas do xamanismo, no âmbito educacional do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, com a intenção de construir um produto educacional que vise contribuir com esta discussão, haja vista a formação educacional brasileira ser direcionada por narrativas eurocêntricas e pela religião cristã (Oliveira, 2015) e, como consequência, escolas, currículos, livros didáticos ignoraram ou/e silenciaram a respeito dessas diversidades culturais (Freire, 2021) e religiosas, a exemplo das religiosidades indígenas, que existiram e ainda existem no Brasil, no entanto, poucas são (re) conhecidas, validadas e respeitadas.

Nesse sentido, a Constituição ampara os povos indígenas em seu artigo 231, que garante o reconhecimento da organização social, línguas, tradições e costumes indígenas. Ademais, foi promulgada a Lei nº 11.645/2008, que obriga o estudo da história e cultura indígenas em toda rede de ensino da Educação Básica, pública

ou privada. Para além disso, com o advento desta Lei, foi incluído o art. 26-A na Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), o qual estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados. Com isso, reverencia a importância destas Leis no cenário brasileiro, uma vez que tiveram como objetivo reparar, reconhecer e valorizar as histórias, culturas e identidades indígenas, as quais foram negligenciadas enquanto componente curricular nas escolas e nos livros didáticos, apesar de ter sido de imensa contribuição para a formação do Brasil.

Considerando todos os fatores acima elencados, se faz urgente o acesso, por parte dos/as estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, a livros didáticos que abordem as diversidades culturais, sobretudo as que dizem respeito à cultura e, em especial, as religiosidades indígenas e as expressões contemporâneas do xamanismo. Neste sentido, o artigo almeja esboçar o percurso metodológico utilizado, desde as pesquisas bibliográficas do campo das Ciências Sociais de autores/as que teceram pertinentes reflexões acerca do tema, entre esses/as Vainfas (1995), Oliveira (2015), com a adoção da metodologia da pesquisa-ação de autores como Thiollent (2011), Brandão e Borges (2007) e a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016), até a apresentação dos resultados obtidos da fase diagnóstica da pesquisa.

O *lócus* da pesquisa foi o **Campus** Maceió/Instituto Federal de Alagoas (IFAL), tendo como participantes docentes da área de Sociologia, discentes de 02 (duas) turmas dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e membros integrantes do NEABI/**Campus** Maceió. A escolha do **Campus** se deu em virtude das experiências educacionais, como aluna do Curso Técnico Profissionalizante, ter sido no referido **Campus**, no entanto, na época, a Instituição era denominada de Escola Técnica Federal de Alagoas/ETFAL. No seguinte tópico passa a relatar o percurso da fase diagnóstica, desde a aprovação por Comitê de Ética, metodologia utilizada, ferramentas de coletas de dados, entre outros.

METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, houve a necessidade de submeter a um Comitê de Ética, o qual foi dado Parecer Favorável a pesquisa, tendo sido Aprovada com base no Parecer Consubstanciado do CEP de

nº 5.262.781. Só após aprovação do Comitê a pesquisa iniciou a fase diagnóstica. Como mencionado anteriormente, foi escolhido como lócus da pesquisa o **Campus** Maceió/Instituto Federal de Alagoas (IFAL), tendo como participantes da pesquisa 20 (vinte) docentes da disciplina de Sociologia do IFAL, discentes de 02 (duas) turmas dos 3º anos dos Cursos Técnicos (Mecânica e Química) Integrado ao Ensino Médio do **Campus** Maceió/IFAL e 03 (três) membros do NEABI/Campus Maceió com maior afinidade com a temática, tendo em vista suas ações contributivas para os saberes advindos da historicidade e cultura indígena. A escolha do **Campus** se deu em virtude das reflexões, da pesquisadora, acerca do processo colonial e de suas narrativas serem motivo de questionamentos nas aulas de História do Brasil, aulas essas que só aconteciam no primeiro ano de curso, no caso em questão, curso Técnico de Eletrônica, na antiga ETFAL.

A fase diagnóstica foi embasada na metodologia da pesquisa-ação educacional, método que colabora com as transformações no ambiente escolar e por se tratar dessa abordagem, existiu a inter-relação de pesquisadora e participantes da pesquisa no escopo de analisar as formas de solucionar os problemas detectados no ambiente escolar. Ao esclarecer sobre a metodologia, Thiollent (2011) menciona que a pesquisa-ação proporciona ao pesquisador/a e aos envolvidos na pesquisa uma aproximação intervencionista ou conclusiva da questão comunitária, porém pesquisador/a e participantes estão comprometidos de forma cooperativa ou participativa. Para Brandão e Borges, a pesquisa-ação tem “motivações populares em nome da transformação da sociedade desigual [...] em nome da humanização da vida social, que os conhecimentos de uma pesquisa participante devem ser produzidos, lidos e integrados como uma forma alternativa emancipatória de saber popular” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 56).

Na metodologia da pesquisa-ação, especificamente na fase de coleta de dados, foram utilizados questionários e entrevistas semiestruturadas, que foram baseadas no reconhecimento de problemas relacionados à pesquisa, a partir de revisão bibliográfica, e de modo geral, investigou junto aos participantes da pesquisa, o conhecimento acerca da história e cultura indígenas na formação do Brasil; conhecimento e efetividade da Lei de nº 11.645/2008; acessibilidade a materiais curriculares que abordem sobre a temática, relevância do debate nas salas de aula, pertinência da construção de um material didático que trate sobre o tema, entre outros.

Findada a fase de aplicação dos questionários e entrevistas semiestruturadas, foi iniciado o processo de análise de dados, seguindo os princípios da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016). Segundo ela, “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p.44). Para ela, há três fases na análise de conteúdo: I) a pré-análise; II) a exploração do material e o tratamento dos resultados; III) a inferência e a interpretação. Na fase II, foram construídas categorias baseadas nos questionários e entrevistas sobre: (I) Impactos do processo colonial sobre os povos indígenas; (II) Presença do debate acerca da história e cultura, em especial, suas religiosidades nas salas de aula do ensino médio integrado; (III) Inter-relações entre a educação integral e educação intercultural.

A partir disso, é que se pode elaborar um Produto Educacional, em formato de livro didático digital, que aborda sobre conteúdos que colaboram para reflexões acerca do processo colonial brasileiro, além do (re)conhecimento e respeito a história e cultura indígenas, em especial, suas religiosidades e expressões contemporâneas, com intuito de contribuir com o tratamento do debate acerca das questões indígenas no contexto do Ensino Médio Integrado. Posterior à abordagem sobre escolha do *lôcus* da pesquisa, metodologia, técnica de análise de dados adotada, mencionaremos os resultados obtidos a partir da fase diagnóstica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste momento, contextualiza-se desde as estratégias da etapa diagnóstica (elaboração e aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas) aos resultados obtidos. Para os questionários fez-se o uso da escala likert de 5 pontos (DALMORO; VIEIRA, 2013), o intuito foi medir o nível de concordância ou discordância no que se refere às afirmativas relacionadas às perguntas indicadas e à probabilidade de avaliar a intensidade da atitude e o sentido. Em relação às indagações propostas nos questionários, no geral, foram análogas nos 03 (três) grupos participantes (docentes, discentes e membros NEABI) e tomou como referência as questões que foram surgindo ao longo da pesquisa bibliográfica.

As ferramentas de coleta de dados foram respondidos pelos seguintes grupos, em dois momentos distintos: o primeiro relacionado à aplicação dos questionários para 20 (vinte) docentes da disciplina de Sociologia do *Campi* do IFAL que

contemplam a disciplina no seu programa de ensino, 03 (três) membros do NEABI/*Campus* Maceió e 24 (vinte e quatro) estudantes dos 3º anos dos cursos técnicos de Química e Mecânica/*Campus* Maceió. A aplicação do questionário, aos docentes e NEABI, foi através de formulários Google Forms, encaminhados via e-mail institucional. Em relação ao grupo dos discentes, o questionário foi aplicado pela pesquisadora durante a aula de Sociologia, na presença do/a professor/a, e nas duas turmas (Mecânica e Química) investigadas, foi um total de 24 (vinte e quatro) estudantes que se candidataram para serem voluntários.

Em um segundo momento houve o encaminhamento das entrevistas, via e-mail institucional, a 07 (sete) docentes da disciplina de Sociologia do *Campus* Maceió, e aos 03 (três) membros do NEABI/*Campus* Maceió. O conteúdo das entrevistas semi-estruturadas vante considerando que eles são peças-chaves no processo educacional, uma vez que é a partir de seus conhecimentos e de seus questionamentos que se produzem nos/as estudantes reflexões, inquietações, debates, enriquecendo assim o processo de ensino e aprendizagem. Em relação às entrevistas com NEABI teve um direcionamento mais particular no que diz respeito às religiosidades/espiritualidades (xamanismos) indígenas. As questões abertas foram importantes devido a sua maior proximidade com os povos indígenas e de certa forma, ter maior embasamento para as indagações advindas do decorrer dos estudos desta pesquisa.

A coleta de dados foi fundamental, tendo em vista que a partir das respostas que se construiu o Produto Educacional, nas lacunas, nas deficiências, nas respostas em aberto é que se encontrou embasamentos para uma elaboração mais assertiva, uma vez que o escopo dos conteúdos abordados no produto educacional é fomentar a reflexão, o debate, a compreensão do que está por trás das narrativas etnocêntricas dos livros didáticos em relação às populações indígenas, em especial, as religiosidade/espiritualidades (xamanismos) indígenas, colaborando assim para uma sociedade mais humana, onde as diversas etnias e suas culturas (religiosidades) sejam respeitadas.

Após menção sobre metodologia, *lôcus* da pesquisa e participantes, passa-se à apreciação dos questionários e entrevistas com as percepções dos/das participantes da pesquisa e posteriormente os resultados obtidos. Essa fase proporcionou subsídios para pensar a versão preliminar do Produto Educacional, tendo em vista que a metodologia adotada foi a pesquisa-ação. A seguir, esboça-se a fase de análise dos dados utilizada na pesquisa, a técnica da análise de conteúdo de Laurence

Bardin (2016), método que demarca a compreensão dos dados coletados: questionários e entrevistas semiestruturadas com os participantes desta investigação.

Como mencionado anteriormente, as opções de respostas, dos questionários, foram baseadas na escala likert de cinco pontos (DALMORO; VIEIRA, 2013), além dessas houveram perguntas abertas que possibilitaram uma melhor qualificação das respostas dos participantes, o que favoreceu um melhor embasamento da análise, e todas as perguntas contemplavam a não obrigatoriedade de responder. Segundo Bardin, a análise de conteúdo “é utilizada como instrumento de diagnóstico de modo a que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor” (BARDIN. 2016, 144). A referida pesquisa adotou a análise qualitativa por refletir que requer resultados que vão além das descrições de dados averiguados, mas que apure o que está por trás das informações coletadas. Entre as formas de utilização da técnica da análise de conteúdo, elegeu-se a técnica de categorização por acreditar ser a mais apropriada para compreender os dados reunidos, é importante evidenciar que as categorias surgiram do recorte analítico realizado no trabalho investigativo, em paralelo com os propósitos delineados na pesquisa. Bem como indagações reveladas no decorrer do percurso que foram fundamentais para depreender o objeto de análise.

Passa a tratar sobre o exame qualitativo das informações coletadas através do método de Bardin (2016), que foi organizado através de categorias de análise as falas dos participantes da pesquisa, reunidas a partir de elementos semelhantes. A interpretação das informações coletadas foram estruturadas em três categorias principais e subdivididas em subcategorias lançadas com base em suas associações com os elementos estudados. Discorre-se sobre estas categorias centrais da pesquisa:

1. Categoria Central “Conhecimento sobre os impactos do processo colonizador sobre as populações indígenas e suas religiosidades” conduz a averiguar se há conhecimento, por parte dos participantes, sobre as consequências do colonialismo no Brasil para os povos originários, em especial para suas práticas religiosas. A categoria 1 se ramifica em duas subcategorias: (I) “Representações das populações indígenas no imaginário social”; (II) “Resistência indígena”. Subcategoria 1,1 - Representações das populações indígenas no imaginário social.

Inicialmente, procurou investigar a percepção dos grupos participantes da pesquisa, de como a sociedade brasileira aprecia a temática relacionada às

religiosidades/espiritualidades (xamanismos) indígenas. Constatou-se que 57,1% dos/as docentes, 50% dos membros Neabi/Maceió e 58,3% dos/as discentes têm a percepção que a sociedade “Demonstra Preconceito e discriminação”; além de uma porcentagem de 21,4% dos/as docentes e 16,6% dos/as discentes têm a percepção que a sociedade “Demonstra Preconceito”; o mesmo percentual anterior de 21,4% dos/as docentes e 16,6% dos/as discentes avaliaram que a sociedade é “Indiferente” a temática. E 50% dos membros do NEABI percebem que a sociedade “Demonstra Alguma Valorização” em relação ao tema. Chegando à conclusão que: como a grande maioria afirma que a sociedade “Demonstra Discriminação e Preconceito”, e percentuais significativos afirmam que “Demonstra Preconceito” e “Demonstra Indiferença”, percebe-se, então, forte presença de narrativas colonialista em relação as religiosidades/espiritualidades indígenas, ainda presente nos dias atuais. Além disso, os outros 50% dos membros do NEABI percebem que a sociedade “Demonstra Alguma Valorização”, o que conclui que, apesar das narrativas hegemônicas estarem presentes, ainda hoje, em nossa sociedade, há uma parcela dela que reconhece, que valoriza as culturas indígenas, no caso em questão, as suas religiosidades.

Particularmente foi perscrutado qual o conhecimento dos/as discentes acerca do processo de colonização e seus impactos nas populações indígenas, obtendo-se 54,1% “Conhecem Algo a Respeito”; 29,1% “Conhecem Pouco”, 12,5% “Conhecem Amplamente” e 4,1% “Absteve-se”, dessa forma, pode-se interpretar que no espaço escolar há poucos debates acerca da temática, terminando por não desconstruir narrativas preconceituosas, discriminatórias e imagens estereotipadas em relação aos povos nativos, não colaborando assim, para uma reflexão refinada acerca dos impactos causados pelo processo de colonização e colonialismo no Brasil. Kavalerski salienta a relevância desse debate no chão da escola:

Considera-se como elemento de fundamental e impreterível importância a tarefa do professor [...] como agente crítico da construção historiográfica. As temáticas relativas ao estudo da História e das culturas Afro-brasileiras e Indígenas são fundamentais para a compreensão da realidade cultural na qual o aluno se insere, trazendo à tona a importância desses temas. Para isso, a gradativa abertura do debate afirmativo, a progressiva descolonização dos currículos, a difusão do conhecimento multicultural e as discussões nas escolas e universidades mostram-se fundamentais. (KAVALERSKI, p. 45, 2017)

Em corroboração com a citação de Kavalerski (2017) é que esboça-se a resposta de um/a discente: “Tenho pouco conhecimento sobre, mas o pouco que eu vi foi justamente na escola, e tem haver com o processo do descobrimento do Brasil e as perseguições contra os indígenas” (Discente, out./2022).

Ratificando a necessidade de romper com paradigmas hegemônicos em relação às religiosidades/espiritualidades indígenas, que Boxer afirma que “A maioria dos propagadores dos Evangelhos rejeitava tais idéias e crenças como obra do Demônio, e considerava todas as culturas não cristãs como essencialmente inferiores ou bizarras e exóticas” (BOXER, 2007, p.53). Baseada nessas percepções que se perscruta aos grupos; “Na sua visão as religiosidades/espiritualidades xamanismo indígena no Brasil são associadas a?”, esclarece que os participantes tiveram a liberdade de marcar todas as opções coerentes com sua percepção.

A partir de tal formulação, obteve-se um percentual referente aos/às docentes de 92,9% que associam a religiosidade indígena à “Conexão com a Natureza”, “Ancestralidade Religiosa”; 100% dos membros do NEABI associam a “Conexão com a Natureza”, “Cura através das Plantas e Ervas Medicinais”, “Ancestralidade Religiosa” e com as “Manifestações Culturais”; com o quantitativo de 91,6% os/as discentes associam a religiosidade a “Conexão com a Natureza”; 83,4% associam a “Cura através das Ervas e Plantas Medicinais” e 66,6% a “Sabedoria Interior”.

Com intuito de melhor entendimento demonstra a convergência entre os grupos envolvidos, a saber, “Conexão com a Natureza” (92,9% docentes, 100% Neabi, 58,3% discentes); “Cura através das Plantas e Ervas Medicinais” (78,6% docentes, 100% Neabi e 83,4% discentes); “Ancestralidade Religiosa” (92,9% docentes, 100% Neabi, 58,3% discentes); “Manifestações Culturais” (71,4% docentes, 100% Neabi, 54,1% discentes). Percebe-se que entre as visões dos grupos que se assemelham estão: íntima conexão com a natureza; forte relação com sua ancestralidade (colaborando assim, para sua resistência e sobrevivência); utilização de plantas e ervas sagradas (para obtenção de cura tanto espiritual como a física); manifestações culturais, religiosidades/espiritualidades indígenas como meio de preservação cultural.

Também se examinou com estes dados, que há uma contradição entre o comportamento da sociedade em relação às populações indígenas, e as percepções que esta tem em relação a esses povos, uma vez que é notório o preconceito e a discriminação social, no entanto, a sociedade associam essas comunidades a natureza, a ancestralidade, a cura através de plantas e ervas medicinais, o que termina por verificar uma incoerência do que se pensa e no que se percebe. Sendo

assim, pode-se alegar que narrativas e estereótipos eurocêntricos, em relação aos povos indígenas, foram sendo radicados na sociedade ao longo do processo histórico, na maioria das vezes sem haver a menor reflexão e/ou análise crítica acerca dessas informações.

Continua-se a apresentar o percentual das visões relacionadas a religiosidade indígena, no que diz respeito ao "Primitivismo" (21,4% dos/as docentes, 50% NEABI e 25% discentes); "Marginalidade" (7,1% dos/as docentes e 4,1% dos/as discentes); "Discriminação" (4,3% dos/as docentes, 50% NEABI e 4,1% discentes); "Paganismo" (7,1% dos/as docentes e 8,3% dos/as discentes); "Politeísmo" (14,3% dos/as docentes, 50% NEABI e 20,8% discentes); "Resistência" (50% docentes, 50% NEABI e 33,3% discentes); "Intolerância Religiosa" (14,3% dos/as docentes e 50% do NEABI). Com intuito de evidenciar as respostas dos membros do NEABI tendo em vista o percentual significativo das respostas e sua afinidade com a temática, foca-se somente nas respostas desse grupo a título de melhor análise: "Primitivismo", "Discriminação", "Politeísmo", "Resistência" e "Intolerância Religiosa" são as percepções que a metade dos membros do NEABI identificam na sociedade atual. Para melhor entendimento da visão desse grupo citam-se alguns relatos decorrentes das entrevistas semiestruturadas: "Saber que os *Jeripancó* têm uma cultura específica, um modo de vida específico, um costume específico diferente de outros povos, porque ainda a sociedade não indígena e até em outras culturas, elas ainda têm preconceitos com os indígenas" (NEABI, nov./2022): "Eu não percebo muito forte essa discriminação [...] a partir do avanço que a gente vai tendo nesses espaços de discussões, né? Tanto nas universidades como nas escolas, a gente vai quebrando este tabu, esses preconceitos" (NEABI, nov./2022).

Pode-se interpretar que as visões, em relação às religiosidades/espiritualidades indígenas estão divididas, tendo em vista as respostas dos membros do Neabi, uma parte visiona mudança de percepções sociais a partir de debates, esclarecimentos, momentos de fala dessas populações, há anos silenciadas, com intuito de corroborar em uma mudança de mentalidade, de concepções; e outra metade tem a percepção de uma sociedade preconceituosa, que deixa os povos indígenas à margem social, que não reconhecem as diversidades culturais dos povos indígenas. Diante de tal contexto, constata-se que a elaboração de um livro didático colabora para o tratamento destas questões, colaborando para momentos de discussões, reflexões, (re)conhecimentos acerca das comunidades indígenas e de percepções acerca das várias contribuições culturais, em especial, das religiosidades indígenas.

SUBCATEGORIA 1.2 - "RESISTÊNCIA INDÍGENA".

Esta subcategoria propõe examinar o entendimento junto aos participantes, em especial junto aos/as discentes acerca do conhecimento de resistência indígena à dominação colonial, uma vez que 33,3% dos discentes associam as religiosidades/ espiritualidades indígenas a uma forma de resistência, o que é bastante significativo, uma vez que esta pesquisa tem intuito de investigar a presença do debate acerca da temática nas salas de aula, além de compreender a relevância da resistência para as comunidades nativas. Em seus estudos Federici verificou que, "as mulheres não rejeitavam so o catolicismo, mas retornavam à sua religião nativa e, até onde era possível, à qualidade das relações sociais que sua religião expressava (SILVERBLATT, 1987, p.197 apud FEDERICI, 2017, p.403)

Perguntado aos/as discentes se tiveram conhecimento sobre ações de resistência indígena à dominação colonial, obteve-se 4,1% responderam que "Conhece amplamente o tema, 41,6% conhecem algo a respeito, 33,3% conhecem pouco e 16,66% conhecem nada, pode-se concluir que o tema sobre resistência indígena não é tão conhecido pelos/as discentes, o que há são conhecimentos pontuais a respeito da temática, mas há de certa forma, um conhecimento sobre a resistência dessa população, o que demonstra que os/as discentes têm o entendimento que não houve uma submissão ao o processo de colonização.

2. Categoria de análise "Presença do debate sobre religiosidades indígena na escola" observa se há o tratamento desta temática em sala de aula. Categoria ramificada em 04 (quatro) subcategorias: (I) "Conhecimento sobre religiosidade indígena e xamanismo contemporâneo"; (II) "O impacto da lei 11.645/2008"; (III) "Currículos, conteúdos e materiais didáticos"; (IV) "Formação docente".

Subcategoria 2.1 - "Conhecimento sobre religiosidades indígenas e xamanismos contemporâneo", investiga o conhecimento, junto aos/as discentes, sobre as religiosidades indígenas e o xamanismo contemporâneo, o qual 4,1% "Conheço Algo a Respeito"; 45,8% "Conheço Pouco", 45,8% "Conheço Nada" e 4,1% Absteve-se". Examina-se com isto que um percentual de mais 45% dos/as discentes "Pouco Sabem" ou "Nada Sabem" a respeito das religiosidades/espiritualidades e xamanismo contemporâneo, ratificando a urgência da presença desse debate em sala de aula, uma vez que é a partir do conhecimento que contribui para o respeito, validação das culturas de outras etnias, em especial das suas religiosidades.

Ademais, o conhecimento termina por desmitificar imagens e desconstruir narrativas arraigadas em decorrência do processo colonial do Brasil. Com isso, percebe-se que a construção de livros didáticos que tratem sobre esta temática favorecerá o conhecimento, o debate, as reflexões dos/das estudantes nas salas de aula. Nesta mesma subcategoria 2.1 foi analisado junto aos/as discentes "Conhecimento das influências das religiosidades/espiritualidades (xamanismos) indígenas na culturas e sociedade brasileira", obtendo-se um percentual de 4,1% tem "Ampla Conhecimento"; 8,3% tem "Conhecimento"; 20,8% tem "Razoável Conhecimento", 50% tem "Pouco Conhecimento", 12,5% "Não Tem Conhecimento/ Interesse no Tema"; 4,1% "Absteve-se".

Pode-se concluir que as respostas estão coerentes entre si, tendo em vista que na questão (I) "Como você avalia seu conhecimento sobre religiosidades/espiritualidades (xamanismos) indígenas na formação do Brasil?", 49,9% dos discentes ou "Conhece Algo" ou "Conhece Pouco" e 49,9% "Conhece Nada" ou "Não Desejaram Responder"; na questão (II) "Você acha que as religiosidades/espiritualidades (xamanismos) indígenas tiveram influências nas culturas e sociedades brasileira?", 33,2% dos/as discentes "Tem Ampla" ou "Razoável Conhecimento" e 66,60 % "Não tem Conhecimento/Interesse" ou "Absteve-se". Consta-se que, apesar do percentual dos discentes que "Tem Ampla" ou "Razoável Conhecimento" ser de 33,2%, quando passa a analisar as respostas abertas, percebe-se que na grande maioria as argumentações dos discentes é sem embasamento e teor de conhecimentos históricos ou científicos. O que mais uma vez foi percebido a relevância de materiais didáticos que abordem a temática, tanto para cumprimento da Lei 11.645/2008 como para proporcionar debates, indagações, conhecimentos acerca do tema.

Ainda nesta subcategoria, foi indagado aos docentes o conhecimento sobre as contribuições culturais, em especial, das religiosidades/espiritualidades (xamanismos) indígenas na formação brasileira, o que 57,1% responderam que "Têm Pouco Conhecimento", 28,6% "Têm Razoável Conhecimento", 14,3% "Tem Conhecimento".

Compreende-se com este percentual um dos motivos da ausência de debates ou aprofundamento da temática em sala de aula, tendo em vista o resultado, dos/as docentes, acima mencionado. Recordando que 49,9% dos/as estudantes responderam que "Conhecem Algo" ou "Conhecem Pouco" a respeito do tema.

Para os membros do NEABI foi indagado em forma de pergunta aberta, se eles: "Percebem a influência das práticas ancestrais indígenas nas religiosidades/espiritualidades contemporâneas", tendo como respostas: "Sim, algumas práticas

estão abertas à sociedade, como mostra a mídia” (NEABI, nov/2022); “Na umbanda religião de matriz africana, também vemos a forte presença dos caboclos, espíritos de índios que através dos médiuns aplicam práticas de cura milenares de nossos ancestrais”(NEABI, nov/2022). Demonstrando assim, a influência da cultura, das religiosidades/espiritualidades indígenas em várias vertentes religiosas de outras etnias.

Subcategoria 2.2 “O impacto da Lei 11.645/2008”, examina os impactos após a promulgação da Lei no âmbito do Ensino Médio Integrado, quais os reflexos percebidos pelos envolvidos na pesquisa. Inicialmente verifica-se entre os/as docentes, “Você tem acesso a materiais curriculares que possam pautar o debate sobre a cultura, em especial sobre as religiosidades/espiritualidades indígenas, cumprindo o que está prescrito na Lei”. O que 57,1% responderam que “Nunca”, 28,6% “Raramente” e 14,% “Ocasionalmente”, percebendo assim o descumprimento da Lei, até mesmo pelo próprio Ministério da Educação que não pauta seus livros didáticos e estrutura curricular nessa perspectiva.

Aos discentes foi indagado “Você tem conhecimento da Lei. 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo da cultura e história indígena no âmbito da Educação Básica”, obtendo-se os seguintes índices: 8,3% “Tem Conhecimento”, 4,1% “Tem Razoável Conhecimento”, 54,1% “Tem Pouco Conhecimento”, 29,1% “Não Tem Conhecimento/Interesse na Temática” e 4,1% “Absteve-se”. Tendo em vista que grande maioria dos docentes não teve acesso a materiais curriculares específicos para o cumprimento da Lei, estes não puderam repassar ao alunado conhecimento apropriado e aprofundado sobre a temática tão pouco realizar debate acerca da temática. E no caso específico dos discentes, pela maioria desconhecer o teor da Lei, estes não têm como cobrar dos docentes tais ensinamentos, discussões.

Por meio de pergunta aberta foi indagado aos membros do NEABI se “Após o advento da Lei 11.645/2008 houve alguma mudança na educação”, tendo como respostas: “Sim, as comunidades estão mais atentas a essa exigência, bem como alguns professores da área de humanas, ainda que não tenham formação ou capacitação adequada para isso” (NEABI, nov/2022); “Sua efetivação considera também o interesse pedagógico de educadores nas escolas, em considerar a diversidade e produção de saberes indígenas devendo não só abordar temáticas indígenas nas escolas em datas comemorativas a exemplo do dia 19/04” (NEABI, nov/2022).

De acordo com as respostas dos grupos participantes, percebe-se que a falta de materiais curriculares, a ausência de formação e/ou capacitação de docentes

dificulta a aplicabilidade da Lei, e como consequência dessa ausência o alunado deixa de exigir e de ter uma formação com base na inclusão de contribuições das populações indígenas, que se fizeram e fazem presentes na história brasileira, porém, pouco reconhecidas no contexto educacional e social brasileiro. Ensejada por uma formação educacional que valorize outras etnias que Souza é mencionado “Tantos nos livros, quanto na própria sala de aula, a temática deve ser pensada embasada com as produções da etnologia indígena nacional” (SOUZA, 2018, p. 216).

Subcategoria 2.3 “Currículos, conteúdos e materiais didáticos”, objetiva examinar a utilização no âmbito escolar, a importância, e a pertinência de construir um livro digital como material didático. Inicia-se averiguando o grupo dos docentes: “Os materiais didáticos e o currículo oficial consideram a cultura indígena, em especial as religiosidades/espiritualidades (xamanismos) indígenas, importantes na história e cultura brasileira?”

Um percentual de 50% dos/as docentes “Discordam Totalmente”, 35,7% “Discordam Parcialmente”, 7,1% “Não Desejam Responder”; 7,1% “Concordam Parcialmente”, conclui-se que os docentes não concordam que os livros e materiais educacionais consideram a cultura indígena, em especial, as religiosidades indígenas relevantes na história e cultura brasileira. Ademais, pode-se concluir que o lócus da pesquisa é escasso de materiais educacionais que valorize a cultura, e o que dirá sobre as religiosidades/espiritualidades indígenas. A título de melhor embasamento para uma conclusão mais assertiva, foram realizadas outras indagações, para os/as docentes: (I) “É relevante inserir o debate sobre as religiosidades/espiritualidades (xamanismos) indígenas, na formação do estudante no Ensino Médio Integrado?”, obteve 78,6% dos/as discentes “Concordam Plenamente”, 14,3% “Concordam Parcialmente” e 7,1% “Não Desejaram Responder”. Aos docentes também foi perguntado (II) “Trabalha com a temática em sala de aula?”, o que é 50% “Raramente”, 21,4% “Nunca”, 21,4% “Ocasionalmente” e 7,1% “Frequentemente”. Pode-se concluir com isto que: uma grande parcela destes participantes validam o debate, mas não trabalham o tema em sala de aula, não concordam que os materiais e currículos consideram a temática relevante, o que termina por perceber, mais uma vez, a relevância da construção de um Produto Educacional que trate sobre a cultura (religiosidades/espiritualidades indígenas) em sala de aula, haja vista que é um material escasso, mas, em contrapartida, obrigatório por Lei. Além disso, desperta interesse tanto por parte dos/as docentes quanto pelos/as discentes, sendo um tema bastante pertinente para a reflexão de uma sociedade que valide e valorize

a contribuição histórica das diversidades culturais das populações indígenas para a formação brasileira.

Perguntado aos/às discentes “Presença do debate acerca da temática nos livros didáticos”, 4,1% disseram “Frequentemente”, 37,5% “Raramente”, 45,8% “Nunca”, 8,3% “Não Desejo Responder” e 4,1% “Absteve-se” o que termina por corroborar com o resultado dos/as docentes, a maioria respondeu que não há nos materiais didáticos e currículos a validação da cultura indígena, em especial as religiosidades /espiritualidades, na história e cultura brasileira.

Pergunta semelhante foi realizada para os membros NEABI, 50% “Discorda Totalmente” e 50% “Discorda Parcialmente”, na pergunta aberta, um dos membros relata o motivo de “Discordar Totalmente” da pergunta: “ Desde a colonização até hoje, os livros didáticos, eles não trabalham a realidade dos povos indígenas neste país, desconsideram nossa espiritualidade nos impondo um Deus branco, de pele clara, olhos claros, cabelos loiros” (NEABI, nov./2022). Também foi posto para os membros se “É relevante inserir a cultura, religiosidades (xamanismos) indígenas na formação do estudante no Ensino Médio Integrado/”, 50% “Concordaram Totalmente” e 50% “Concordam Parcialmente”. Nas respostas abertas houve esta explicação por “Concordar Parcialmente”: É preciso adentrar as religiosidades com cautela e quem mais sabe das espiritualidades é os xamãs, os pajés, os cuidadores tradicionais” (NEABI, nov./2022). Ademais, foi perguntado “É pertinente discutir a presença/ausência nos livros didáticos e currículos oficiais do papel das religiosidades/espiritualidades (xamanismos) indígenas na formação do povo brasileiro?”, 100% dos membros “Concordam Totalmente”, o que se deduz que apesar da necessidade de resguardar os saberes advindos das religiosidades/espiritualidades especificamente para os xamãs, os pajés, os membros NEABI reconhecem a relevância do debate nas salas de aula que colaborem para a construção de narrativas decoloniais, e com isso, colaborando para uma sociedade receptiva à diversidade cultural, mais igualitária e justa.

Com a intenção de investigar a utilização de recursos didáticos pelos docentes, foi interpelado “Você teria condições de problematizar em sala de aula as religiosidades/espiritualidades indígenas em Alagoas sem apoio de recursos didáticos/”, obteve-se o seguinte desfecho: 42,9% “Tenho Pouca Condição”, 28,6% “Nenhuma Condição”, 28,6% “Tenho boas Condições”, podendo entender que a maioria dos/as docentes não se sentem seguros para incluir esta temática em sala de aula sem

esta ferramenta, o que mais uma vez deixar claro a pertinência da elaboração de um produto educacional (livro didático) que trabalhe esta questão.

Para reafirmar a relevância da construção de um livro didático digital para o tratamento do debate, em sala de aula, sobre as religiosidades/espiritualidades (xamanismo) indígena, foi interpelado “Considera a utilização de um livro digital uma ferramenta eficaz para o tratamento da questão religiosidades/espiritualidades (xamanismo) indígena em Alagoas?” Um percentual de 42,9% dos/as docentes consideram “Extremamente importante”, 35,7% “Importante” e 21,4% “Muito Importante”. Entre os discentes foi averiguado que 33,3% acham “Extremamente Importante”, 8,3% “Muito Importante”, 37,5% “Importante” 12,5% “Pouco Importante”, 4,1% “Não Desejo Responder” e 4,1% “Absteve-se”. A título de conhecimento, os membros do NEABI responderam de forma subjetiva por meio de entrevista: Sim [...] que tivesse também essa discussão referente à questão espiritual. As questões das religiões, estou chamando das religiões porque não existe só uma religião aqui no estado, né?” (NEABI, nov./2022); “É importante o livro digital porque ele, digamos assim, democratiza um pouco o acesso no sentido que o livro físico tem todo um custo a mais para ser produzido, a ser materializado”(NEABI, nov./2022). Com base nas análises, fica demonstrado e ratificado que a elaboração de um livro digital, que trata acerca da cultura, em especial das religiosidades/espiritualidades (xamanismo) indígenas é bastante relevante e muito bem aceita pela grande maioria dos participantes desta pesquisa.

Subcategoria 2.4 “Formação docente”, a intenção é investigar a base acadêmica a qual os/as docentes tiveram acesso, ora dentro das Universidades, ora fora dela. Tendo a seguinte indagação na entrevista “Conhece o princípio da Educação Integral e Intercultural?”, foi relatado que “ Não. Nunca me aprofundi, e a própria escola nunca discutiu essas questões do ensino integral, a gente foi meio que recebendo isso, pelo menos eu nunca, não consigo lembrar de nenhuma reunião nesse sentido (Docente, out./2022); Quando eu fiz o concurso eu fiz a leitura, porque entrei em 2011, mas dizer que eu recordo tudo que eu estudei na época eu não sei. A gente da Sociologia padece do problema de ter muitas turmas” (Docente, out./2022). Diante disso, percebe que a formação dos/as docentes não contemplou as perspectivas de Educação Integral e Educação Intercultural, na abordagem, chegam a relatar que aprenderam na prática, e que apesar da Instituição primar por uma Educação Integral, não propicia formações ou capacitações para tal empreitada.

Categoria 3 “Reconhecimento das intersecções entre Educação Integral e Educação Intercultural”, para esta categoria não foi proposta nenhuma subcategoria, e as indagações foram feitas na entrevista. Questionado, aos/as docentes se “Conhecem o princípio da Educação Integral”, que sustenta a constituição dos Institutos Federais?”, o que obteve: “Eu conheço o sentido do que eu li. No sentido que visa trabalhar o estudante na sua integralidade, no sentido de não só a formação técnica como era feito nas Escolas Técnicas” (Docente, out. 2022); “A gente nunca, pelo menos na faculdade eu não lembro de ter estudado na minha época, eu mesmo fui aprendendo na prática mesmo [riso]. Eu acho que como todos, eu penso” (Docente, out. 2022).

Pode-se perceber que não se utiliza, pelo menos de forma estrutural, das perspectivas de Educação Integral e Educação Intercultural. O que pode ser observado é que são aulas sem uma base teórica comum, embora legalmente ela exista, no entanto, não é conhecida e praticada no cotidiano escolar, o que a torna desconhecida por muitos docentes, não corroborando para um método educacional específico, e com isso dificultando a abordagem de questões que não são exploradas pela mídia, e terminam por não contribuir para transformação e libertação de padrões educacionais hegemônicos.

Diante nestas análises é que esta pesquisa percebeu a urgência em elaborar um Produto Educacional que trata acerca da cultura, em especial, religiosidades/espiritualidades indígenas, contribuindo, assim, para além do cumprimento da Lei de nº 11.645/2008, para o viés de uma Educação Integral e Educação Intercultural, como meio de viabilizar debates e reflexões que primam para o desenvolvimento de estudantes e docentes mais comprometidos com a igualdade e justiça social entre todas as etnias que compõem a sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os problemas sofridos pelos povos indígenas desde o período colonial até os dias atuais, compreende-se ser fundamental trazer para o chão da escola debates e reflexões que colaborem para desmitificação de imagens estereotipadas e preconceitos em relação a essas populações e suas religiosidades.

Posto isto, é pertinente e fundamental caminhar para uma formação educacional que priorize reflexões, debates e inserções de temas sociais relevantes, com intuito de favorecer a construção de uma sociedade mais igualitária, que preze pelo

respeito à vida e às contribuições das etnias envolvidas na formação da sociedade brasileira. Nessa perspectiva e a partir da fase diagnóstica da pesquisa de mestrado “Do Xamanismo Ancestral ao Contemporâneo: o debate sobre a religiosidade (xamanismo) indígena no currículo do ensino médio integrado”, foi pensado e elaborado o Produto Educacional “Religiosidades Indígenas: ancestralidade e resistência” enquanto alternativa para fomento de conhecimentos, discussões, reflexões e desconstrução de narrativas preconceituosas e discriminatórias.

Dito isto, evidencia-se que todo o processo de construção do material didático foi construído com base na metodologia da pesquisa-ação, uma vez que os participantes da pesquisa (docentes, membros do NEABI e discentes) contribuíram para a elaboração do Produto Educacional. Neste sentido, os principais resultados obtidos na fase de coleta de dados evidenciaram a deficiência sobre o conhecimento acerca da história e cultura indígenas e o reconhecimento da relevância do debate acerca do tema em sala de aula.

O diagnóstico ainda demonstrou que a grande maioria dos grupos participantes avaliou como extremamente importante a produção de material didático que problematiza tais questões, revelando a importância do Produto Educacional supramencionado na utilização das aulas de Sociologia e áreas afins, assim como nas leituras individuais dos/as estudantes.

Para além disso, enseja-se que os resultados expostos neste artigo abram precedentes para que outros artigos sejam elaborados sob a perspectiva Educacional Integral e Educacional Intercultural, vez que serão através delas que teremos estudantes mais críticos e encorajados a solucionar as diversas questões sociais existentes, em especial as relacionadas à temática indígena.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOXER, C. R.. 1904-2000. **A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**, tradução Vera Maria Pereira - São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C.. A Pesquisa Participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <[L11645 \(planalto.gov.br\)](http://L11645(planalto.gov.br))>. Acesso em: 28 jun. 2023.

_____. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[L9394 \(planalto.gov.br\)](http://L9394(planalto.gov.br))>. Acesso em: 28 jun. 2023.

DALMORO, Marlon. VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados. **RGO Revista Gestão Organizacional**. Vol. 6 - Edição especial – 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1386>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

FEDERICI, Sílvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 2017.

FREIRE, Adriana Cirqueira. Educação integrada e a questão indígena: uma proposta de intervenção nos cursos de ensino técnico integrado ao médio do Instituto Federal de Alagoas. Maceió/AL. 2020. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

KAVALERSKI, L. F.. **O Ensino das Culturas Afro-brasileira e Indígenas**: uma análise da lei 11.645/2008 e suas contribuições para a decolonização. 2007. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó/SC, 2017.

OLIVEIRA, S. R.. **Ensino de História Indígena:** trabalhando com narrativas coloniais e representações sociais. In: PORTUGAL, AR.; HURTADO, LR. (orgs.). Representações culturais da América indígena [on-line]. Desafios contemporâneos collection, pp. 59-80. 2015. Disponível em:<<https://doi.org/10.7476/9788579836299>>. Acesso em 29 jun. 2021.

SOUZA, C. H. E.. **Imagem iconográfica do “índio” nos livros didáticos de Sociologia do PNL D 2018.** Práticas de pesquisa no ensino de sociologia / organizadores: Angela Maria de Sousa Lima...[et al]. – Londrina: UEL, 2018. 703 p. Disponível em: <[www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/Livros/Praticas de Pesquisa no Ensino 2018.pdf#page=199](http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/Livros/Praticas%20de%20Pesquisa%20no%20Ensino%202018.pdf#page=199)>. Acesso em: 15 de set. 2021.

THIOLLENT, M.. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VAINFAS, R.. **A Heresia dos Índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhias das Letras, 1995.